



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PDTIC 2019-2020**

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA  
DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



**Desembargador Paschoal Carmello Leandro**  
Presidente

**Desembargador Carlos Eduardo Contar**  
Vice-Presidente

**Desembargador Sérgio Fernandes Martins**  
Corregedor-Geral de Justiça

### COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nome	Cargo
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva	Desembargador
Dr. Alexandre Branco Pucci	Juiz Auxiliar da Presidência
Dr. Renato Antônio de Liberali	Juiz Auxiliar da Corregedoria
Dr. Juliano Rodrigues Valentim	Juiz de Primeiro Grau da Capital
Marcelo Vendas Righetti	Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça
Altair Junior Ancelmo Soares	Diretor de Tecnologia da Informação
Newton Cesco Junior	Diretor de Planejamento

### COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nome	Área
Altair Junior Ancelmo Soares	Secretaria de Tecnologia da Informação
Larissa Oliveira Ostrowsky Ovando	Assessoria de Governança de TI
Ana Caroline Lemes M. de Souza Dias	Assessoria de Governança de TI
Élida Ota Ortega Asato	Assessoria de Governança de TI
Alexandre Rosa Camy	Departamento de Apoio aos Usuários
Fernando Monteiro Duarte	Departamento de Infraestrutura de Tecnologia
Charles Cestari Baruki	Departamento de Infraestrutura de Tecnologia
Gilliard Santos Cordeiro	Departamento de Sistemas Administrativos
Daren Dobrinsky Soares	Departamento de Sistemas Administrativos
Liriane Aparecida da Silva Nogueira	Departamento de Sistemas Jurisdicionais
Damião Rodrigues Oliveira	Departamento de Sistemas Jurisdicionais



<b>EQUIPE DE ELABORAÇÃO PDTIC</b>	
<b>Nome</b>	<b>Área</b>
Larissa Oliveira Ostrowsky Ovando	Assessoria de Governança de TI
Ana Caroline Lemes M. de Souza Dias	Assessoria de Governança de TI
Elida Ota Ortega Asato	Assessoria de Governança de TI
<b>Portarias de criação do Comitê de Governança e de nomeação dos membros responsáveis pela aprovação do PDTIC</b>	
<b>Nº</b>	<b>Data</b>
670	27/01/2015
1.426	14/02/2019



### HISTÓRICO DE VERSÕES

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
01/03/2019	1.0	Criação de documento	Asses. de Governança de TI
25/04/2019	1.0	Deliberação e aprovação do PDTIC	Comitê de Gestão de TIC
13/05/2019	1.0	Aprovação do PDTIC	Comitê de Governança de TIC



## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 – Níveis organizacionais
- Figura 2 – Processos de elaboração do PDTIC
- Figura 3 – Organograma STI
- Figura 4 – Mapa Estratégico STI
- Figura 5 – Matriz SWOT
- Figura 6 – Alinhamento Estratégico
- Figura 7 – Resultado do PDTI anterior

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 – Documentos de Referência
- Tabela 2 – Princípios e Diretrizes
- Tabela 3 – Critérios de Priorização das necessidades de TIC
- Tabela 4 – Inventário de Necessidades
- Tabela 5 – Ações de TI
- Tabela 6 – Indicadores por Objetivo Estratégico
- Tabela 7 - Planejamento STI (2019)
- Tabela 8 - Probabilidade
- Tabela 9 – Impacto
- Tabela 10 – Matriz de Probabilidade x Impacto
- Tabela 11 – Análise de Riscos
- Tabela 12 – Ações PDTI anterior



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	6
2. INTRODUÇÃO .....	7
3. VISÃO GERAL .....	8
3.1. Metodologia Aplicada.....	10
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	11
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES .....	12
6. ORGANIZAÇÃO DA TI.....	15
7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO STI.....	16
8. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO.....	18
9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES DE TI.....	18
10. PLANO DE AÇÕES/METAS .....	34
11. PLANO DE INVESTIMENTO/CUSTEIO .....	37
12. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS .....	38
13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS.....	42
14. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E CRITÉRIOS DE REVISÃO DO PDTI.....	42
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
16. ANEXOS.....	44

### 1. **APRESENTAÇÃO**

A Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC assumiu nos últimos anos um papel imprescindível no contexto das organizações públicas brasileiras. Seu foco principal é a efetiva



utilização da informação como suporte às práticas e aos objetivos organizacionais. Além disso, a TIC tem transversalidade sobre vários eixos da organização, permeando as suas áreas negociais.

Para alcançar esse resultado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e planos da TIC e as estratégias organizacionais. Dessa maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo estratégias e o plano de ação para implementá-las.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC descreve de forma tática como uma organização, no que se refere à Tecnologia da Informação, pode realizar a transição de uma situação atual para uma situação futura, a partir da definição de um conjunto de planos específicos (metas/ações, orçamento, riscos etc), devidamente alinhado com Plano Estratégico de TIC (PETIC) e Plano Estratégico Institucional. A IN nº 04/2014 em seu art. 2º, inciso XXVII, define o PDTIC, como sendo um:

[...] instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

O presente documento reúne, então, a totalidade de planos operacionais (metas, ações, investimento/custeio, riscos, de pessoal etc) organizados em nível tático (PDTIC), desdobrando a estratégia definida no PETIC (2016-2020) da Secretaria de Tecnologia da Informação e, portanto, alinhado às estratégias do órgão e do Conselho Nacional de Justiça, consoante Resolução nº 211/2015.

**Assessoria de Governança de TI**

## **2. INTRODUÇÃO**

Na busca por uma Administração Pública que prime pela melhor gestão dos recursos e pela maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TIC que viabilize e potencialize a melhoria contínua da



performance organizacional. Dessa forma, a finalidade deste documento é detalhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2019-2020.

O PDTIC é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades. O PDTIC representa um instrumento de gestão para a execução das ações e projetos de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI de modo a minimizar o desperdício, garantir o controle destes recursos e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

A Resolução Nº 182, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu art. 6º cita que “As contratações [de Solução de TIC] deverão ser precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) ou Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do órgão, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário”.

Dessa forma, o planejamento de TI em nível estratégico passou a ser instrumento obrigatório para a realização de uma contratação de TI. Nesse sentido, considerando o disposto no art. 26 da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, cujo texto estabelece que os tribunais devem elaborar seus Planos Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhados à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), torna-se vital à estrutura de planejamento estratégico de TI vigente, a elaboração do presente PDTIC.

Assim, este documento apresenta uma visão geral do planejamento tático de TI, explicitando os objetivos, o contexto da Secretaria de Tecnologia da Informação, o alinhamento estratégico, os fatores motivacionais, as premissas e restrições associadas ao Plano, a metodologia adotada, os documentos utilizados como referência para elaboração e os planos operacionais de TIC.

### **3. VISÃO GERAL**

As organizações adotam usualmente três níveis de planejamento, conforme a hierarquia:

- Planejamento Estratégico: o nível estratégico é elaborado com diretrizes e direcionamentos emanados pela alta administração, por meio do qual são definidos os objetivos e planos da





instituição. Direciona a tomada de decisões relativas às questões de longo prazo, tais como sobrevivência, crescimento e efetividade geral. É o processo que proporciona sustentação para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela organização.

- **Planejamento Tático:** o planejamento, no nível tático, traduz os objetivos gerais e as estratégias da alta administração em objetivos e atividades mais específicos. O principal desafio neste nível é promover um contato eficiente e eficaz entre o nível estratégico e o nível operacional. Portanto, trabalha com decomposição dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégico.
- **Planejamento Operacional:** nesse planejamento, o processo é de menor amplitude, o foco é trabalhar junto aos funcionários envolvidos nas operações da organização, implementando os planos específicos definidos no planejamento tático. Pode ser considerado como a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas. Portanto, nessa situação tem-se, basicamente, os planos de ação ou planos operacionais, os quais descrevem em detalhes os recursos necessários para seu desenvolvimento e implantação, os procedimentos básicos a serem adotados; os resultados finais esperados; os prazos estabelecidos; os responsáveis por sua execução e implantação, etc.

Pode-se relacionar os tipos de planejamento aos níveis de decisão, analogamente, a uma Pirâmide organizacional, conforme figura a seguir:



Figura 1 – Níveis organizacionais

No caso do PJMS a gestão estratégica está apoiada pela Assessoria de Governança de TI, vinculada à Direção da STI, e está sob a competência do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação. Por sua vez, a gestão tática e operacional está à cargo do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

### 3.1. Metodologia Aplicada

Para a elaboração do PDTIC utilizou-se da metodologia (adaptada) da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, utilizando-se como base o Guia de Elaboração do PDTI da SLTI, versão 2.0, de 2016.

Essa metodologia orienta a elaboração do PDTIC em três subprocessos: Preparação, Diagnóstico e Planejamento, conforme diagrama a seguir:

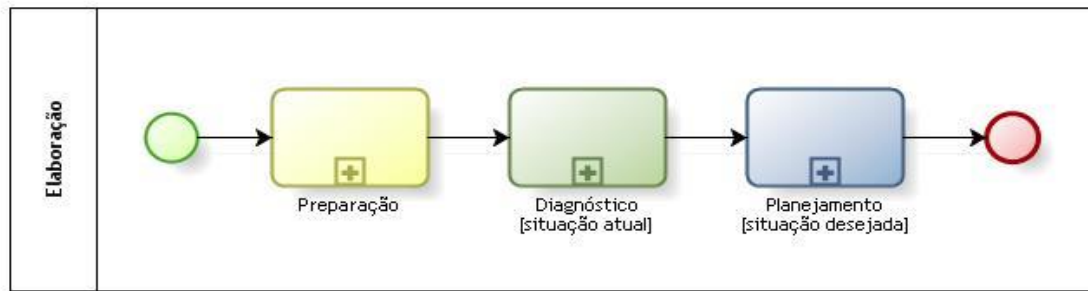


Figura 2 – Processos de elaboração do PDTIC

As técnicas utilizadas no decorrer do processo de elaboração do PDTIC foram:

- Constituição de grupo de trabalho para definição das ações principais;
- Levantamento de necessidades de TIC junto às comarcas e secretaria do TJMS;
- Análise do histórico das demandas da área de TI;
- Planejamento Estratégico Situacional (PES);
- Reuniões com os gestores para definição dos planos específicos.

#### 4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

ID	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	
DR1	Resolução N° 211, de 15 de Dezembro de 2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
DR2	Plano Estratégico 2015-2020 do PJMS	Documento que trata do planejamento estratégico traçado pela Administração para o sexênio 2015-2020, em alinhamento com a Res. 198/2014 do CNJ.
DR3	Resolução N° 182, de 17 de Outubro de 2013, do CNJ	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ
DR4	Instrução Normativa SLTI/MP nº04/2014	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de TI pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de TI – SISF do Poder Executivo Federal
DR5	Resolução N° 109, de 13 de Agosto de 2014, do PJMS	Institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul



DR6	ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013	Estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização. Os objetivos definidos nesta Norma provêm diretrizes gerais sobre as metas geralmente aceitas para a gestão de segurança da informação.
DR7	Resolução Nº 590, de 13 de Abril de 2016	Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
DR8	Portaria nº 915, de 13 de abril de 2016	Dispõe sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul para 2016-2020
DR9	Acórdãos TCU/Plenário nº 1.200/2014 e nº 2.585/2012	Levantamento de Pessoal de TI / Levantamento do Perfil da Governança de TI na Administração Pública Federal
DR10	Caderno de Indicadores Nacionais (INA) e de Metas e Medição Periódicas (MMP)	Caderno que visa, principalmente, dar divulgação aos Indicadores Nacionais (INA) e Metas de Medição Periódicas (MMP) estabelecidas, no âmbito da Res. 211/2015 do CNJ.

Tabela 1 – Documentos de Referência

## 5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

ID	PRINCÍPIO/DIRETRIZ	ORIGEM
PD1	As contratações de TI deverão ser precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) ou Planejamento Estratégico de TI (PETIC) do órgão, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário	Resolução Nº 182, de 17 de Outubro de 2013, do CNJ
PD2	Todos os serviços e processos críticos de TI devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados,	COBIT, ITIL



	medidos, acompanhados, avaliados e melhorados)	
PD3	Toda contratação de serviços deve visar ao atendimento de objetivos de negócio, o que será avaliado por meio de mensuração e avaliação de resultados	Instrução Normativa SLTI/MP nº04/2014
PD4	Priorização de ações direcionadas à implantação de processos e macroprocessos de trabalho de TI	Resolução nº 211/2015, do CNJ, COBIT; ITIL
PD5	Utilizar, preferencialmente, padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos por meio de especificações de bens e serviços de TI usuais na área, recomendando nestes casos a licitação por pregão	COBIT; ITIL
PD6	Priorizar ações/projetos que visam a capacitação continuada e o estabelecimento de políticas voltadas à gestão de pessoal de TIC	Resolução nº 211/2015, do CNJ
PD7	Promover a Segurança da Informação, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações sob a guarda do PJMS	Resolução Nº 109, de 13 de Agosto de 2014, do PJMS; ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013
PD8	Priorizar, sempre que possível, a adoção de mecanismos que assegurem a preservação de requisitos mínimos de sustentabilidade, em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável do PJMS	Resolução nº 201/2015, do CNJ
PD9	Envidar esforços continuados visando atender ao Macroprocesso de TIC do Poder Judiciário, cujos viabilizadores são: Governança e Gestão de TIC Infraestrutura de TIC	Resolução nº 211/2015, do CNJ



PD10	Priorizar ações voltadas à normatização e ao aperfeiçoamento dos controles e processos de governança, de gestão e de uso da TIC, de modo a assegurar a entrega de resultados efetivos para o Judiciário	Acórdãos TCU: 1.603/2008; 2308/2010; 2585/2012; 1200/2014 e 3051/2015.
------	---	--

Tabela 2 – Princípios e Diretrizes



## 6. ORGANIZAÇÃO DA STI

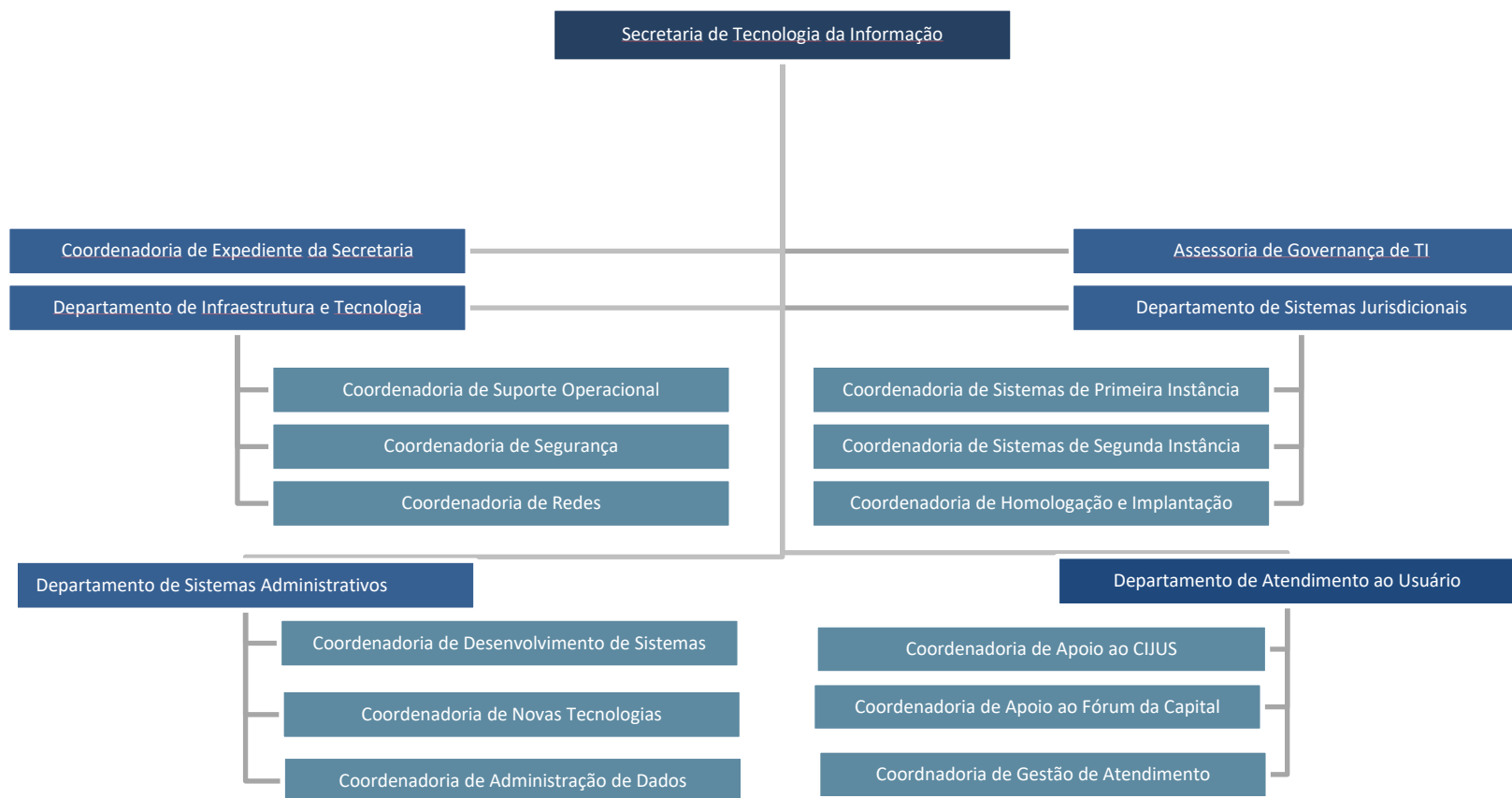


Figura 3 – Organograma STI

## 7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO STI



Figura 4 – Mapa Estratégico STI



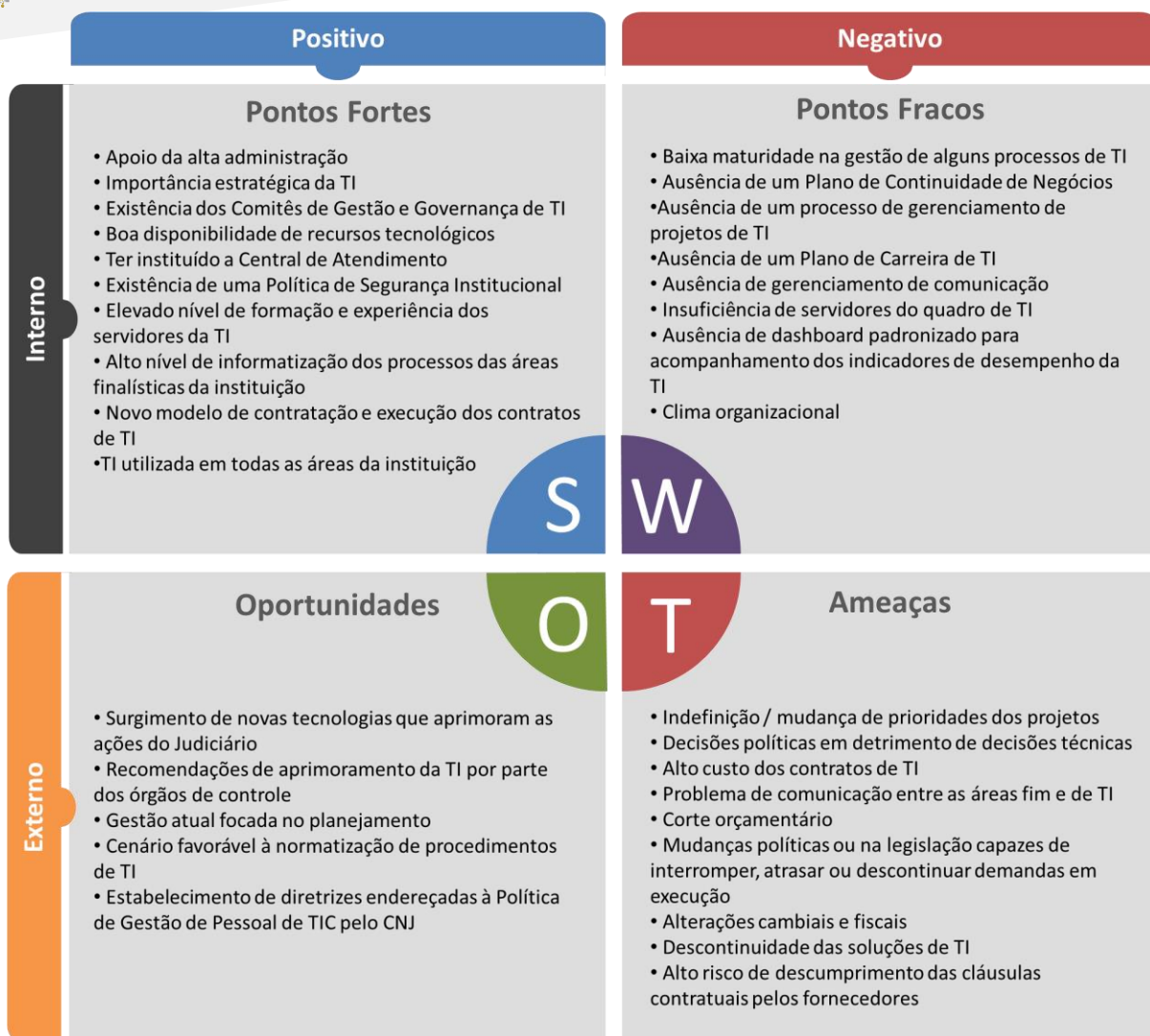


Figura 5 – Matriz SWOT

## 8. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

# Matriz de Alinhamento Estratégico

PETIC  
2016 - 2020

Objetivos Estratégicos PJMS X STI Correlação tipo "P" – Principal Correlação tipo "S" - Secundária		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS STI								
		Recursos			Processos Internos				Resultados	
		OE9	OE8	OE7	OE6	OE5	OE4	OE3	OE2	OE1
		Promover capacitação contínua dos servidores de TI.	Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas.	Garantir a gestão e a execução eficiente dos recursos orçamentários de TI.	Aperfeiçoar a governança de TI.	Estabelecer processos de TI eficientes e transparentes.	Fomentar a adoção de padrões tecnológicos.	Prover sistemas de informação garantindo integração e interoperabilidade.	Aprimorar a Segurança da Informação.	Buscar a satisfação do usuário de TI.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PJMS	Recursos	OE13	Aprimorar a gestão do orçamento alinhando ao plano estratégico.		P					
		OE12	Implantar e melhorar os processos de governança de tecnologia da informação, segurança da informação e riscos.			P	P			P
		OE11	Incrementar e modernizar os mecanismos tecnológicos.		S			P	P	
		OE10	Garantir a infraestrutura física apropriada às necessidades da instituição.		P					
		OE9	Promover a melhoria do clima organizacional da Instituição, da comunicação interna e da qualidade de vida.							
		OE8	Potencializar o capital humano para a execução da estratégia.	P						
	Processos Internos	OE7	Aprimorar a gestão da justiça criminal.		P					S
		OE6	Intensificar que fomentem soluções alternativas de conflitos.							
		OE5	Promover mecanismos de redução das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.							
		OE4	Priorizar o julgamento dos processos de corrupção e improbidade administrativa.							
		OE3	Ser eficiente nas rotinas de trabalho administrativo.					S		
	Sociedade	OE2	Aumentar a efetividade e celeridade nos trâmites judiciais.		S				S	
		OE1	Assegurar a satisfação do público externo.							

Figura 6 – Alinhamento Estratégico entre Planejamento Estratégico Institucional e STI

## 9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES DE TI

A STI não possui todos os recursos (financeiro, pessoal, logístico, etc.) para atender a todas as demandas das áreas. De acordo com a Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP (MGPP-SISP) deve-se priorizar e balancear as iniciativas para permitir que os trabalhos de maior valor para a organização sejam aprovados e desenvolvidos, gerenciando de forma eficiente a concorrência por recursos frente às demandas.

As necessidades de tecnologia da informação e comunicação foram priorizadas de acordo com critérios pré-definidos, visando distinguir aqueles com maior potencial de entrega de valor. Foram definidos 5 critérios para priorização das necessidades do PDTIC, com valores que variam de 1 a 2. No final, cada necessidade terá sua pontuação, quanto maior for esse número, mais a necessidade é prioritária. Além desses critérios, foi definido o critério “Dificuldade de Implementação”, que traz a informação da dificuldade de implementação da solução para o atendimento da necessidade, que não é somada à pontuação total, pois apesar de ser um critério importante para a tomada de decisão, consideramos que não deveria interferir diretamente no nível de priorização, o que poderia ocasionar em uma baixa classificação de necessidades importantes.

Critério de priorização	Pontuação	
	1 ponto	2 pontos
Prioridade pela alta administração [3x]	Não priorizado	Priorizado
Necessidade legal [2x]	Não há previsão legal para seu atendimento	Há previsão legal para o seu atendimento
Área fim ou meio [2x]	Relacionado com atividade da área meio	Relacionado com atividade da área fim
Beneficiários	Traz resultado para uma área	Traz resultado para várias áreas
Urgência	Necessidade de implantação para anos seguintes	Necessidade de implantação para 2019
Dificuldade de implementação (em função da complexidade e/ou tempo)	Baixa - Média - Alta	

Tabela 3 – Critérios de Priorização das necessidades de TIC



As necessidades de TIC foram identificadas pela STI e inventariadas na planilha abaixo. As necessidades estão apresentadas na ordem de sua prioridade.

ID	OE TI	Ações TI	Descrição de Necessidade de TIC	Área Demandante	Área Resp.	Prioridade da alta administração (2), sem prioridade (1) [3x]	Necessidade legal (2), Necessidade comum (1) [2x]	Área Fim (2), Área Meio (1) [2x]	Beneficiário várias áreas (2), Beneficiário uma área (1)	Urgência de implantação para 2019 (2), para anos seguintes (1)	Dificuldade de Implementação	Score Final
N1	OE8	AC7	Aquisição de Software de virtualização para Servidores para interior	STI	DIT	2	2	2	2	2	Média	18
N2	OE3	AC6	Melhorias na extração dos dados do CNJ Transparência, estes dados são retirados no sistema do SGP/folha/remessas/resolução 215 CNJ. Solicito que ao escolher entre normal e pretérita, o sistema já subentenda a escolha feita na criação da folha, pois quando criamos já escolhemos se é normal ou de exercício anterior. Quando escolhemos o mês e o ano, que o sistema já subentenda que são as folhas pagas naquele mês e daquele ano, conforme já incluso no cadastro de folhas de pagamento, e que não precise mais incluir ou excluir folhas, pois fazemos os arquivos por data de pagamento. Solicito uma forma de serem mostradas rubricas novas utilizadas nas folhas pagas, naquele mês, como forma de controle e inclusão delas na resolução 215 do CNJ.	SCSM	DSA	2	2	2	2	2	Alta	18
N3	OE3	AC6	Implantação do Julgamento Virtual nas câmeras do TJMS e Turmas Recursais	Presidência	DSJ	2	1	2	2	2	Alta	16



N4	OE8	AC7	Nova licitação para contratação de serviço de impressão, digitalização, manutenção e suporte técnico	STI	DIT	2	1	2	2	2	Alta	16
N5	OE3	AC6	Desenvolvimento de sistema visando efetuar o controle dos cadastros de Conselhos da Comunidade e de entidades públicas e privadas com destinação social.	SCGJ	DSA	1	2	2	2	2	Baixa	15
N6	OE8	AC8	Aquisição de Certificado Digital para as protocoladoras	STI	DIT	1	2	2	2	2	Baixa	15
N7	OE8	AC7	Nova contratação de link de comunicação internet	STI	DIT	1	2	2	2	2	Baixa	15
N8	OE2	AC11	Implantar processo de gestão dos riscos de segurança identificados	STI	DIT	1	2	2	2	2	Alta	15
N9	OE3	AC7	Aquisição ou desenvolvimento de plugins/programas que permitam acessibilidade para o site do TJMS.	SC	DSA	1	2	2	2	2	Alta	15
N10	OE3	AC7	Projeto piloto para estudo de viabilidade do sistema eproc	STI	DSJ	2	1	2	2	1	Alta	15
N11	OE8	AC7	Nova contratação de link de comunicação MPLS	STI	DIT	1	2	2	2	2	Alta	15
N12	OE8	AC8	Contratação de Sistema comunicação integrada	STI	DIT	1	2	2	2	2	Alta	15
N13	OE8	AC8	Aquisição de microfones de lapela	Coord. da Inf. e Juv.	DIT	1	2	2	1	2	Baixa	14
N14	OE3	AC6	Desenvolvimento de agenda virtual, com utilização já em 2019, para utilização na intranet e em aplicativo de celular. (SCDPA 160.0.069.0060/2017)	SC	DSA	2	1	1	2	2	Média	14
N15	OE3	AC6	Criação de um novo Sistema de Processos Administrativos para que o público externo possa acessar.	SCSM	DSA	2	1	1	2	2	Média	14



N16	OE3	AC6	Caso a mudança anterior seja efetuada (N2 - Melhorias na extração dos dados do CNJ Transparência), solicito que seja incluída também a emissão dos arquivos do cnj corporativo dos magistrados ativos, conforme Portaria 63 CNJ, que nada mais é que os mesmos arquivos da resolução 215 do CNJ, só que no formato da Portaria 63.	SCSM	DSA	1	2	2	1	2	Média	14
N17	OE2	AC11	Elaborar e desenvolver plano de continuidade de serviços de TI	STI	DIT	1	2	2	2	1	Alta	14
N18	OE3	AC6	Desenvolvimento da integração com o STJ por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade, na sua versão 3.0	Sec. Jud. de 2o Grau	DSJ	1	2	2	1	2	Alta	14
N19	OE8	AC7	Compra de um software de Gestão de Pessoas	SCSM	DSA	2	1	1	2	2	Alta	14
N20	OE8	AC8	Aquisição equipamentos Datacenter - fim da vida dos equipamentos	STI	DIT	1	2	2	2	1	Alta	14
N21	OE3	AC6	Solicito melhorar a parte cadastral dos auxiliares da justiça, pois o cadastro não aceita mais de uma lotação e para controlar seu histórico estamos incluindo nas observações esta parte. Solicito também que seja corrigido o bug na parte de início no cargo, pois ele não aceita ir direto lá, temos que clicar em outro espaço para abrir novamente, caso a gente não faça isso ele duplica esta informação.	SCSM	DSA	1	1	2	2	2	Baixa	13
N22	OE8	AC7	Contratação de suporte Aruba	STI	DIT	1	1	2	2	2	Baixa	13
N23	OE8	AC8	Aquisição de switch para atendimento a rede LAN das Obras em Construção e Ampliações, acompanhadas dos GBIC's	SO	DIT	1	1	2	2	2	Baixa	13
N24	OE8	AC8	Aquisição de Licenças para Expansão do ambiente para Data Center	STI	DIT	1	1	2	2	2	Baixa	13
N25	OE8	AC8	Contratação de suporte Dell	STI	DIT	1	1	2	2	2	Baixa	13



N26	OE8	AC8	Aquisição de Roteadores e switch	STI	DIT	1	1	2	2	2	Baixa	13
N27	OE3	AC6	Criação de uma funcionalidade no SGP que armazene as informações referentes às escalas de substituições constantes no Provimento nº 113/2006.	SCSM	DSA	1	1	2	2	2	Média	13
N28	OE3	AC6	Elaboração automática da Guia de Arrecadação e Informações Previdenciárias (GAIP) com os dados das folhas de pagamento do SGP.	SCSM	DSA	1	2	1	2	2	Média	13
N29	OE3	AC6	Implantação da apresentação biométrica para sentenciados nas comarcas do estado	SCGJ	DSJ	1	1	2	2	2	Média	13
N30	OE3	AC6	Implantação da carta precatória eletrônica entre as comarcas do estado	SCGJ	DSJ	1	1	2	2	2	Média	13
N31	OE6	AC5	Aperfeiçoamento dos processos de governança de TI estabelecidos	STI	GOV	1	2	1	2	2	Média	13
N32	OE7	AC3	Renegociação contratual do suporte técnico remoto, manutenção adaptativa e evolutiva, análise de incidentes e serviços sob demanda do sistema SAJ	STI	DSJ	2	1	1	1	2	Média	13
N33	OE8	AC7	Aquisição de Servidores para interior	STI	DIT	1	1	2	2	2	Média	13
N34	OE8	AC8	Aquisição de Componentes Diversos (Ex.: Baterias, cabos, ferramentas, webcam, conversor de mídia, placa de rede, patch cord, fontes, gbic, fitas para backup)	STI	DIT	1	1	2	2	2	Média	13
N35	OE8	AC8	Aquisição e distribuição de ShortBreak Interativo 1400VA	STI	DIT	1	1	2	2	2	Média	13
N36	OE8	AC8	Contratação de Serviço de proxy (2 equipamentos para haver alta disponibilidade)	STI	DIT	1	1	2	2	2	Média	13
N37	OE2	AC11	Adequação das Normas de Segurança da STI	STI	DIT	1	2	1	2	2	Alta	13



N38	OE2	AC11	Promover ações visando uma maior conscientização da segurança da informação pelos servidores	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N39	OE3	AC6	Implementação do necessário para atender ao e-Social	STI	DSA	1	2	1	2	2	Alta	13
N40	OE3	AC6	Integração entre o sistema SAJ TJ e o sistema da Sec. de Segurança Pública (SIGO) para ajuizamento eletrônico de TCOs e Inquéritos Policiais e comunicação eletrônica de mandados de prisão e alvarás de soltura.	Sec. Jud. de 1º Grau	DSJ	1	1	2	2	2	Alta	13
N41	OE5	AC12	Monitorar processos de fiscalização de contratos	STI	GOV	2	1	1	1	2	Alta	13
N42	OE8	AC8	Contratação de Expansão do ambiente para Data Center	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N43	OE8	AC8	Ampliação das funcionalidades do System Center	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N44	OE8	AC8	Melhoria da estrutura de backup	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N45	OE8	AC7	Nova contratação para manutenção da sala cofre	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N46	OE8	AC8	Aquisição de software de virtualização para Data center devido ao fim de vida do vmware 5.5	STI	DIT	1	1	2	2	2	Alta	13
N47	OE2	AC11	Acompanhar a implementação de projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico no Estoque (ação da auditoria de Gestão Patrimonial)	STI	DIT	1	2	1	1	2	Baixa	12
N48	OE3	AC6	Implantação do envio de processo criminal eletrônico entre as comarcas do estado	STI	DSJ	1	1	2	2	1	Baixa	12
N49	OE8	AC8	Aquisição e distribuição de Scanner	SCGJ, SBS, NUPEMEC, Central compartilhada de mandados, SCSM	DIT	1	1	2	2	1	Baixa	12





N50	OE8	AC8	Contratação de suporte IBM	STI	DIT	1	1	2	2	1	Baixa	12
N51	OE3	AC6	Na Central de Depoimento Especial não temos um sistema próprio	Campo Grande	DSA	1	1	2	1	2	Média	12
N52	OE8	AC8	Aquisição e distribuição de Monitores	CPE, Sec. Jud., SCSM, STI	DIT	1	1	2	2	1	Média	12
N53	OE8	AC8	Aquisição e distribuição de Monitores acima de 32"	Chapadão do Sul, Costa Rica, STI	DIT	1	1	2	2	1	Média	12
N54	OE8	AC8	Aquisição de Microcomputadores	Sec. Jud. de 1º Grau, SGP - Coord. de saúde, NUPEMEC	DIT	1	1	2	2	1	Média	12
N55	OE2	AC11	Utilização de software para inventário de software e hardware na intranet	STI	DIT	1	1	2	2	1	Alta	12
N56	OE3	AC6	Desenvolvimento de novos módulos para o sistema SIG-EX destinados ao foro extrajudicial.	SCGJ	DSA	1	1	2	1	2	Alta	12
N57	OE3	AC6	Atualização do SAJ para sua 6ª edição, com o desacoplamento das funcionalidades do core do sistema	STI	DSJ	1	1	2	2	1	Alta	12
N58	OE6	AC4	Elaborar e executar o processo de projetos de TIC	STI	GOV	1	2	1	2	1	Alta	12
N59	OE6	AC5	Elaborar e executar um plano de tratamento ao questionário iGovTIC_JUD	STI	GOV	1	2	1	2	1	Alta	12
N60	OE8	AC3	Unificação de domínio Windows	STI	DIT	1	1	2	2	1	Alta	12
N61	OE8	AC7	Nova contratação de telefonia móvel	STI	DIT	1	1	2	2	1	Alta	12
N62	OE1	AC2	Elaborar mecanismo que registre nota para chamados finalizados	STI	DAU	1	1	1	2	2	Baixa	11
N63	OE3	AC6	Criar novo campo no SGP para cadastro de denominação de Fórum, sala da OAB, Tribunal do Júri e demais salas.	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Baixa	11



N64	OE3	AC6	O SCDPA não deve permitir acesso automático quando juntados documentos de outras áreas aos Processos da SCSM.	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Baixa	11
N65	OE3	AC6	Criação de uma funcionalidade no SCDPA que assina os anexos de um documento principal no momento em que este for assinado, uma vez que os anexos são documentos de responsabilidade da área que os criou/encaminhou.	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Baixa	11
N66	OE3	AC6	Implantação do Sistema JIRA para os Departamentos de Obras e Serviços e Departamento de Projetos.	SO	DSA	1	1	1	2	2	Baixa	11
N67	OE8	AC8	Aquisição de licenças de Softwares de prateleira	SO, SGP, STI, SC	DIT	1	1	1	2	2	Baixa	11
N68	OE9	AC1	Aperfeiçoar as competências gerenciais dos gestores de TIC	STI	GOV	1	2	1	1	1	Baixa	11
N69	OE1	AC2	Mapear o processo de Gerenciamento de Satisfação dos Usuários	STI	DAU	1	1	1	2	2	Média	11
N70	OE2	AC11	Revisão das portarias de Segurança da Informação	STI	DIT	1	1	1	2	2	Média	11
N71	OE3	AC6	Desenvolvimento de sistema de suporte aos procedimentos de concessão do Auxílio Educação Infantil, tendo como base de estudo e desenvolvimento as funcionalidades disponibilizadas no Sistema de Licença para Tratamento de Saúde para Pessoa da Família, já implantado na Coordenadoria de Processamento da SGP.	SGP	DSA	1	1	1	2	2	Média	11
N72	OE3	AC6	Automatização das informações do Portal TJMS com as alterações efetuadas no SGP, referentes à organização Jud., quadro de pessoal e jurisdições vagas por antiguidade.	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Média	11



N73	OE3	AC6	<p>Sistema de orçamento separado por folha normal e pretérita. Na folha normal o sistema mostraria a quantidade atual de cargos, e poderíamos alterar essas quantidades, haveria também um lugar para incluir o percentual de aumento previsto, e que com isso, seria gerado os valores já com o aumento entre ativos, inativos e pensionistas, separados por 1º e 2º grau, exemplificando: teríamos os valores já calculados com o aumento do subsídio, abono de permanência, patronal, abono de férias, abono pecuniário, auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio moradia, indenização de cargo, 13 salário, etc... Este sistema deve incluir as diárias, e indenização de transporte do SCDV. Entendo que este sistema seria útil também para calcular o orçamento dos auxiliares da justiça. Já na folha pretérita, seriam mostrados por rubrica tudo o que foi pago durante o ano e separados por rubricas, teríamos uma prévia de tudo que foi gasto no ano, e com o lugar para incluir o percentual de aumento previsto, poderíamos estimar o aumento da verba ou não, tudo separado por ativo, inativo e pensionista e também por 1º e 2º grau. Caso o sistema seja aperfeiçoado e seguro, após dois anos de teste, solicito que os dados do orçamento da folha normal sejam importados para o sistema web do orçamento.</p>	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Média	11
N74	OE4	AC10	Normalização do uso dos recursos de TI - Software Licenciado	STI	DIT	1	1	1	2	2	Média	11
N75	OE4	AC10	Normalização do uso dos recursos de TI - Scanner	STI	DIT	1	1	1	2	2	Média	11



N76	OE5	AC12	Implantar painéis com dados históricos e de evolução da STI em relação à orçamento (custeio e investimento), pessoal, etc.	STI	GOV	1	1	1	2	2	Média	11
N77	OE8	AC3	Serviços especializados de robôs inteligentes para preenchimento automático de sistemas externos (Bacenjud, Renajud, etc) com base nos dados dos sistemas da família SAJ	STI	DSJ	1	1	2	1	1	Média	11
N78	OE8	AC7	Aquisição de ferramentas e serviços para implantação de nuvem privada para sistemas administrativos	STI	DSA	1	1	1	2	2	Média	11
N79	OE1	AC2	Contratação de suporte nível dois para atendimento dos incidentes do SAJ ou contratação de servidores para o quadro do DSJ	STI	DSJ	1	1	1	2	2	Alta	11
N80	OE3	AC6	Desenvolvimento de sistema de suporte aos procedimentos de concessão do Adicional de Qualificação, tendo como base de estudo e desenvolvimento as funcionalidades disponibilizadas no Sistema de Licença para Tratamento de Saúde para Pessoa da Família, já implantado na Coordenadoria de Processamento da SGP.	SGP	DSA	1	1	1	2	2	Alta	11
N81	OE3	AC6	Interligação dos Sistemas SCDPA, SGP e Intranet.	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Alta	11



N82	OE3	AC6	Criação de links na Intranet que possibilitem ao Magistrado realizar suas solicitações on-line, interligado com SCDPA: I - Atestado Funcional II - Solicitação de férias III - Solicitação de licenças: a) Licença Saúde b) Licença saúde em pessoa da família c) Licença Gala d) Licença Nojo e) Licença maternidade f) Licença paternidade g) Licença para trato de interesse particular h) Licença Compensatória i) Licença Compensatório ? Plantão permanente j) Licença Compensatória do recesso forense k) Licença compensatória mutirão do Tribunal do Júri IV - Atividade docente	SCSM	DSA	1	1	1	2	2	Alta	11
N83	OE4	AC10	Normatização do uso dos recursos de TI - computadores e monitores	STI	DIT	1	1	1	2	2	Alta	11
N84	OE5	AC12	Divulgar as ações da STI ao jurisdicionado	STI	DAU	1	1	1	2	2	Alta	11
N85	OE5	AC12	Implantar painéis aprimorar a transparência das atividades e informações da STI, tais como férias, viagens, treinamentos, projetos, etc.	STI	GOV	1	1	1	2	2	Alta	11



N86	OE7	AC3	Aprimorar o planejamento das contratações, criando painéis que mostrem as contratações próximas a vencer, e buscando identificar com as equipes de planejamento das contratações as dificuldades para buscar soluções	STI	GOV	1	1	1	2	2	Alta	11
N87	OE3	AC6	Melhorias no Sistema de Diárias Web/SCDPA, dando a possibilidade do próprio magistrado fazer o cadastro de suas diárias.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Baixa	10
N88	OE3	AC6	Solicito que no sistema de controle de férias e substituição web dos servidores, tenha algum tipo de aviso, quando após a data limite a pessoa responsável não tenha assinado a autorização.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Baixa	10
N89	OE4	AC4	Demonstrar em oficinas o uso da metodologia SCRUM no desenvolvimento dos sistemas administrativos	STI	DSA	1	1	1	1	2	Baixa	10
N90	OE5	AC4	Mapear processo de Gerenciamento de Acessos	STI	DAU	1	1	1	1	2	Baixa	10
N91	OE8	AC8	Aquisição de licenças Pacote Office	SO , SGP, SCSM	DIT	1	1	1	2	1	Baixa	10
N92	OE8	AC8	Aquisição de Softwares para Desenvolvimento	STI	DSA	1	1	1	1	2	Baixa	10
N93	OE8	Ac8	Renovação softwares de assinatura (Adobe)	SC e EJUD	DIT	1	1	1	2	1	Baixa	10
N94	OE3	AC3	Implantação de <i>chat bot</i> para suporte básico aos usuários	STI	DAU	1	1	1	2	1	Média	10



N95	OE3	AC6	Criação de um sistema de controle de viagens da empresa terceirizada. Hoje fazemos todo o trabalho manualmente. Poderia ser integrado ao JIRA, com emissão de requisição de viagem, distância das Comarcas, serviços a serem executados e demais informações necessárias para a empresa enviar seus técnicos para as Comarca.	SO	DSA	1	1	1	1	2	Média	10
N96	OE3	AC6	Criação de um sistema de controle de almoxarifado com as necessidades da Coordenadoria de Manutenção Predial. O atualmente utilizado supre as necessidades básicas porém atende mais às necessidades de trabalho do Almoxarifado da SBS	SO	DSA	1	1	1	1	2	Média	10
N97	OE3	AC6	Programa que busque os índices de correção e juros do sistema Debit, que seja interligado aos dados do SGP da folha de pagamento, para agilidade na produção de planilhas de correção monetária de folhas retroativas.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Média	10
N98	OE3	AC6	Alterações no SGP, na parte de contagem de tempo de contribuição, para considerar o início no serviço público no enquadramento das regras constitucionais nº 20/98, 41/03, 47/05.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Média	10
N99	OE4	AC4	Estabelecer padrões de requisitos mínimos de hardware e software para microinformática	STI	DIT	1	1	1	2	1	Média	10
N100	OE5	AC3	Revisar processo de Gerenciamento de Incidentes	STI	DAU	1	1	1	1	2	Média	10
N101	OE7	AC12	Elaborar metodologia para acompanhamento da execução financeira da STI	STI	GOV	1	1	1	1	2	Média	10



N102	OE7	AC11	Efetuar levantamento dos bens inservíveis estocados para o devido desfazimento, bem como adoção de planejamento nas aquisições de bens móveis (ação da auditoria de Gestão Patrimonial)	STI	DIT	1	1	1	1	2	Média	10
N103	OE3	AC6	Implantação do prontuário eletrônico na Coordenadoria de Saúde.	SGP	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N104	OE3	AC6	Desenvolvimento de sistema de avaliação nutricional.	SGP	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N105	OE3	AC6	Sistema que controle a Licença-prêmio da magistratura, e que emita relatórios de períodos aquisitivos, faça os descontos, ou inclua os dias a mais para aquisição do período aquisitivo, conforme as penalidades impostas e que calcule e controle corretamente os pagamentos efetuados conforme parâmetros estabelecidos pela Administração.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N106	OE3	AC6	Reestruturação do layout do site <a href="http://www.tjms.jus.br/pacijus/">http://www.tjms.jus.br/pacijus/</a>	SC	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N107	OE3	AC6	Criar um Sistema de Concursos de Promoção/ Remoção de Juizes e Desembargadores.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N108	OE3	AC6	Distribuição automática dos processos administrativos no SCDPA, para Órgão Especial e Tribunal Pleno, com emissão de certidão e lançamento da parte automaticamente.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N109	OE3	AC6	Melhorias no SCDPA ou aquisição de um sistema novo.	SCSM	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N110	OE3	AC8	Projeto de melhorias da Contagem do Tempo de serviço dos servidores	STI	DSA	1	1	1	2	1	Alta	10





N111	OE4	AC4	Estabelecer, documentar e institucionalizar os padrões de desenvolvimento dos sistemas do DSA	STI	DSA	1	1	1	1	2	Alta	10
N112	OE5	AC3	Revisar e Publicar Catálogo de Serviços de TI	STI	DAU	1	1	1	2	1	Alta	10
N113	OE5	AC4	Mapear os processos de gestão patrimonial e adotar check lists e outros procedimentos para o desenvolvimento das atividades executadas (ação da auditoria de Gestão Patrimonial)	STI	DIT	1	1	1	1	2	Alta	10
N114	OE8	AC3	Automação dos acessos de TI (Unificação de senhas e automação da retirada de acesso aos serviços de TI)	STI	DAU	1	1	1	2	1	Alta	10
N115	OE5	AC3	Revisar processo de Gerenciamento de Problemas	STI	DAU	1	1	1	1	1	Média	9
N116	OE5	AC3	Mapear processo de Gerenciamento de Central de Serviços	STI	DAU	1	1	1	1	1	Média	9
N117	OE9	AC1	Aprimorar plano de capacitação da STI, visando o alinhamento com as ações planejadas no PDTI e aplicabilidade	STI	GOV	1	1	1	1	1	Média	9
N118	OE5	AC3	Revisar processo de Gerenciamento de Mudanças	STI	DAU	1	1	1	1	1	Alta	9
N119	OE8	AC9	Projeto para criação de ambiente virtual para homologação e testes de software	STI	DIT	1	1	1	1	1	Alta	9

Tabela 4 – Inventário de Necessidades



## 10. PLANO DE AÇÕES E METAS

Nesta seção constam os indicadores, metas, necessidades agrupadas pelos respectivos objetivos estratégicos de TIC. As necessidades de TIC serão planejadas de acordo com suas características, e poderão ser utilizadas as seguintes técnicas/ferramentas: para desenvolvimento de sistemas - será utilizada a metodologia definida conforme processo definido e implantado; para as contratações - serão utilizados instrumentos legais de contratação, a Resolução 182/2013 do CNJ, o processo de planejamento das contratações, definido e institucionalizado, o Manual de Fiscalização de Contratos.

O plano de metas e ações considerou:

- **Objetivos Estratégicos de TI (OETI):** Os objetivos estratégicos são os direcionadores para a atuação da TI do PJMS. A STI possui 09 objetivos estratégicos de TI.
- **Metas (ME):** As metas apresentam os resultados a serem alcançados para atingir os Objetivos definidos. Elas permitem um melhor controle do desempenho, pois são observáveis e quantificadas por meio de indicadores referentes a cada Ação.
- **Ações (AC):** As ações indicam os esforços necessários para o atendimento dos objetivos definidos.

São 12 (doze) ações, distribuídas dentro dos vários objetivos estratégicos para atendimento das necessidades de TI.

<b>AC1</b>	Aprimorar o quadro de servidores da área de TI
<b>AC2</b>	Aprimorar ações que busquem satisfação do usuário
<b>AC3</b>	Agregar valor aos serviços de TI
<b>AC4</b>	Mapear e/ou instituir processos e definir padrões tecnológicos
<b>AC5</b>	Elevar a maturidade de Governança de TI dentro de um planejamento previamente definido
<b>AC6</b>	Manutenção e desenvolvimento de sistemas de informações sempre agregando valor às soluções a serem implantadas
<b>AC7</b>	Aquisição de produtos/sistemas/soluções para atendimento a necessidade específica de negócio
<b>AC8</b>	Atualização e acréscimo de hardware/software para desempenhos das atividades
<b>AC9</b>	Fomento às Novas Soluções de TI
<b>AC10</b>	Criação e divulgação de Normativos para a utilização racional dos recursos de TI
<b>AC11</b>	Implantar e aprimorar controles de Segurança da Informação
<b>AC12</b>	Aperfeiçoar a gestão da informação visando garantir transparência das ações da STI

Tabela 5 – Ações de TI



Para atingir cada objetivo estratégico, os seguintes indicadores foram propostos:

<b>Objetivo de TI: OE1 – Buscar a satisfação do usuário de TI</b>			
<b>Indicador</b>		<b>Meta</b>	
		<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I01</b>	Percentual de atendimentos de chamados finalizados com nota igual ou superior à 3	85%	95%

<b>Objetivo de TI: OE2 – Aprimorar a Segurança da informação</b>			
<b>Indicador</b>		<b>Meta</b>	
		<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I02</b>	Percentual de implantação do processo de gestão dos riscos identificados	100%	-
<b>I03</b>	Percentual de elaboração do plano de continuidade de serviços de TI	30%	60%
<b>I04</b>	Quantidade de ações visando uma maior conscientização da segurança da informação pelos servidores	16	32
<b>I05</b>	Adequação das Normas de Segurança da STI	30%	60%

<b>Objetivo de TI: OE3 – Prover sistemas de informação garantindo integração e interoperabilidade</b>			
<b>Indicador</b>		<b>Meta</b>	
		<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I06</b>	Percentual de necessidades de desenvolvimento de sistemas levantadas neste PDTI que foram atendidas	30%	70%
<b>I07</b>	Percentual de necessidades do sistema SAJ levantadas neste PDTI que foram atendidas	50%	80%

<b>Objetivo de TI: OE4 – Fomentar a adoção de padrões tecnológicos</b>			
<b>Indicador</b>		<b>Meta</b>	
		<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I08</b>	Percentual das normatizações do uso dos recursos de TI concluídas	100%	-
<b>I09</b>	Percentual de elaboração dos padrões de requisitos mínimos de hardware e software para microinformática	10%	90%

<b>Objetivo de TI: OE5 – Estabelecer processo de TI eficientes e transparentes</b>			
<b>Indicador</b>		<b>Meta</b>	
		<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I10</b>	Quantidade de processos de fiscalização de contratos monitorados	3	6
<b>I11</b>	Percentual de sistemas administrativos/produtos desenvolvidos seguindo os processos instituídos	30%	70%



<b>I12</b>	Percentual de processos do macroprocesso de Serviços instituídos ou revisados no período (Catálogo, Requisições, Incidentes, Problemas, Mudanças, Acessos, Central de Serviços)	28%	56%
------------	---	-----	-----

**Objetivo de TI: OE6 – Aperfeiçoar a governança de TI**

Indicador		Meta	
		2019	2020
<b>I13</b>	Pontuação mínima do questionário iGovTIC-JUD	0,58	0,62
<b>I14</b>	Percentual de processos do macroprocesso de Governança e de Gestão instituídos ou revisados no período (Planejamento, Orçamentário, Aquisições, Projetos, Capacitação)	60%	100%

**Objetivo de TI: OE7 – Garantir a gestão e a execução eficiente dos recursos orçamentários de TI**

Indicador		Meta	
		2019	2020
<b>I15</b>	Criação de painel para melhor gerenciamento das contratações	100%	-

**Objetivo de TI: OE8 – Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas**

Indicador		Meta	
		2019	2020
<b>I16</b>	Percentual de investimento em aquisições de equipamentos de processamento de dados considerando o valor total investido nos 5 anos anteriores	20%	40%
<b>I17</b>	Percentual de instalação de Servidores (com licenças) nas comarcas do interior	50%	100%
<b>I18</b>	Percentual de conclusão do processo de contratação do Sistema comunicação integrada	50%	100%
<b>I19</b>	Percentual de conclusão do processo de aquisição dos equipamentos do Datacenter - fim da vida dos equipamentos	30%	100%

**Objetivo de TI: OE9 – Promover capacitação contínua dos servidores de TI**

Indicador		Meta	
		2019	2020
<b>I20</b>	Percentual de gestores de TIC capacitados em Governança e Gestão com limite mínimo de 16h	50%	80%

Tabela 6 – Indicadores por objetivo estratégico



## **11. PLANO DE INVESTIMENTO/CUSTEIO**

A presente etapa buscou estimar os recursos orçamentários aprovados para realização das ações planejadas no âmbito do PDTIC. Nesse sentido, com base no Plano de Contratações e Proposta orçamentária da STI, chegou-se ao presente planejamento, organizado em investimento e custeio, para o ano de 2019:

Período		Custeio	Investimento	Total
<b>1º Trimestre</b>	09/01/2019 a 31/03/2019	R\$ 488.100,00	R\$ 5.800,00	R\$ 493.900,00
<b>2º Trimestre</b>	01/04/2019 a 30/06/2019	R\$ 14.127.500,00	R\$ 1.047.600,00	R\$ 15.175.100,00
<b>3º Trimestre</b>	01/07/2019 a 30/09/2019	R\$ 2.749.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.749.000,00
<b>4º Trimestre</b>	01/10/2019 a 19/12/2019	R\$ 11.532.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 11.572.000,00
<b>Total Planejado</b>		<b>R\$ 28.896.600,00</b>	<b>R\$ 1.103.400,00</b>	<b>R\$ 30.000.000,00</b>

Tabela 7 - Planejamento STI (2019)

Cabe ressaltar que as estimativas orçamentárias para o ano de 2020 serão consolidadas quando da revisão deste PDTIC.



## 12. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A presente etapa objetivou identificar os riscos associados às ações planejadas, além de realizar a análise e planejar respostas.

Segundo o SISP:

Risco é toda possibilidade de frustração dos objetivos das ações planejadas pela indisponibilidade de algum de seus requisitos. Há inúmeras dimensões de risco: riscos de recurso, de contexto político-social, de oportunidade, de mudança de objetivos etc. Um risco pode ter uma ou várias causas e pode ter impacto em uma ou mais metas ou ações.

Por sua vez, a análise dos riscos pode ser realizada com o auxílio do método de análise subjetiva de riscos. É um método mais básico para identificar preliminarmente quais riscos têm maior criticidade, por meio da avaliação do potencial de impacto e da probabilidade de ocorrência.

Neste plano não consta os riscos dos projetos e contratações que serão necessárias para suprir as necessidades de TI, estes riscos serão analisados no momento de execução dessas atividades.

Para este plano foi utilizado a análise qualitativa dos riscos que consiste em avaliar a combinação de sua probabilidade de ocorrência e impacto.

Os riscos estão sendo avaliados segundo dois parâmetros: Probabilidade e impacto. Com base nestes dois parâmetros é determinado o grau de exposição ao Risco que cada um dos riscos oferece ao projeto de execução do PDTIC.

Análise do Risco - Probabilidade	
Probabilidade	Descrição
Baixa	Risco de baixa probabilidade são aqueles que. Apesar de poder vir a ocorrer, dificilmente se materializará.
Média	Risco de média probabilidade são aqueles que podem vir a se materializar e, portanto, requerem algum tipo de ação preventiva.
Alta	Risco de alta probabilidade são aqueles para os quais existe uma possibilidade muito forte de se materializar.

Tabela 8 – Probabilidade

Análise do Risco - Impacto	
Probabilidade	Descrição
Baixa	Risco de baixo impacto são aqueles que não trarão maiores prejuízos à execução do PDTIC.
Média	Risco de médio impacto são aqueles que trazem algum tipo de prejuízo para a execução do PDTIC, precisam ser acompanhados.
Alta	Risco de alto impacto são aqueles que poderão trazer prejuízos significativos à execução do PDTIC, precisam ser monitorados de maneira mais próxima para tomar algum ação.

Tabela 9 – Impacto

Para classificação dos riscos foi utilizado a matriz de probabilidade e impacto abaixo. Essa matriz especifica as combinações de probabilidade de o risco acontecer e impacto que este risco causará ao ciclo de vida do PDTIC. A classificação dos riscos ajuda a orientar a priorização e resposta aos riscos.

Matriz de probabilidade e impacto				
	Impacto			
		Baixo	Médio	Alto
Probabilidade	Baixa	Baixa	Baixa	Média
	Média	Baixa	Média	Alta
	Alta	Média	Alta	Alta

Tabela 10 – Matriz de probabilidade x impacto

Procedeu-se identificação da incidência dos riscos classificando as 12 (ações) que estão atreladas às necessidades de TI elencadas. De posse desta identificação, o risco foi analisado quanto à sua criticidade e apresentados o tratamento e atribuídos responsáveis.

PLANILHA DE RISCOS							
Ação	Risco	Análise do Risco			Estratégia da Resposta		Responsável
		Impacto	Probabilidade	Valor do Risco	Tipo	Descrição	
AC1	Equipe técnica sem as capacitações necessárias para o desempenho de suas tarefas.	Alto	Média	Alto	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Capacitar os servidores conforme plano de capacitação.</li><li>2. Identificar novas necessidades de capacitação e atualizar plano de capacitação.</li></ol>	Governança e Áreas Técnicas
AC2	Poucas ações objetivando melhorar a satisfação dos usuários.	Alto	Alta	Alto	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Definir e implementar ações que tenham respostas efetivas para os usuários.</li><li>2. Monitorar as ações implementadas para garantir sua efetividade.</li></ol>	DAU
AC3	Execução de serviços que não agreguem valor.	Alto	Alta	Alto	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Os serviços que foram definidos e implementados precisam garantir que terão valor agregado.</li><li>2. Estabelecer um mecanismo que possa aferir esta ação.</li></ol>	Todas as áreas técnicas
AC4	Processos não mapeados. Ausência de definição de padrões tecnológicos.	Médio	Alta	Alto	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Monitorar ações envolvendo o mapeamento de processos e apoiar em casos de dificuldades.</li><li>2. Incentivar ações que possibilitem a definição e institucionalização de padrões tecnológicos.</li></ol>	Governança e Áreas técnicas envolvidas com as ações
AC5	Tratamento inadequado ou ausência de tratamento das ações estabelecidas na ENTIC e iGovTIC-JUD.	Médio	Alta	Alto	Mitigar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Monitorar as ações definidas na ENTIC e iGovTIC-JUD de maneira a garantir melhor desempenho.</li></ol>	Governança





<b>AC6</b>	Entrega de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas sem valor agregado.	Alto	Alta	Alto	Mitigar	1. Revisar as demandas da área de desenvolvimento garantindo que os resultados entregues sempre terão valor agregado para o usuário.	DAS
<b>AC7</b>	Dificuldades na aquisição de produtos/sistemas/soluções.	Baixo	Média	Baixo	Mitigar	1. Procurar identificar e sanar as dificuldades envolvendo as aquisições, seja melhorando o planejamento das contratações ou questões orçamentárias.	Áreas técnicas e Direção da STI.
<b>AC8</b>	Dificuldades para garantir atualização e acréscimo de HW e SW.	Médio	Média	Médio	Mitigar	1. Melhorar o planejamento das contratações. 2. Utilização de atas	Áreas técnicas
<b>AC9</b>	Ausência ou poucas iniciativas para busca de novas soluções de TI.	Baixo	Média	Baixo	Mitigar	1. Estabelecer projetos pilotos para prospectar novas tecnologias e acompanhar o desenvolvimento. 2. Apresentar projetos/ideias para serem desenvolvidas.	Áreas Técnicas
<b>AC10</b>	Ausência de Normativos ou normativos incompletos.	Médio	Baixo	Baixo	Mitigar	1. Verificar a necessidade de apoiar a elaboração dos normativos.	Áreas técnicas
<b>AC11</b>	Poucos controles de segurança da informação implantados.	Alto	Média	Alto	Mitigar	1. Estabelecer um plano de ação identificando quais controles serão implantados e o prazo. 2. Verificar a necessidade de apoiar a elaboração dos controles.	DIT e Áreas técnicas
<b>AC12</b>	Poucas informações divulgadas.	Baixo	Média	Baixo	Mitigar	1. Elaborar painéis com informações relevantes da STI. 2. Divulgar informações.	Governança, DAU e DSA

Tabela 11 – Análise de Riscos



### **13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS**

Considerando a importância e complexidade da gestão de pessoas no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, optou-se em tratar o respectivo Plano em documento específico, elaborado em alinhamento com este PDTIC, onde deverá ser feita uma análise qualitativa e quantitativa do pessoal de TIC da STI, indicando:

- Um quadro de pessoal mínimo necessário para o alcance das metas (e ações) estabelecidas pelo PDTIC/PETIC e os riscos relacionados à sua falta;
- Um quadro de pessoal ideal para a unidade de TI, levando em conta as necessidades futuras. Esse quadro poderá servir de subsídio de contratações futuras para o quadro permanente (porém não deve ser confundido com recurso de pessoal a ser disponibilizado no período de execução do PDTI devido às restrições de prazo impostas a tais contratações);
- Análise da necessidade de contratação de serviços com mãe de obra terceirizada.

#### **13.1. PLANO DE CAPACITAÇÃO**

Em atendimento às boas práticas de governança e gestão de TIC; aos objetivos estratégicos definidos no PETIC (2016-2020), bem como, à Resolução nº 211/2015, a Secretaria de Tecnologia da Informação tem adotado a iniciativa de elaborar, anualmente, o Plano de Capacitação dos profissionais que compõem a unidade, de maneira a assegurar conhecimento atualizado e aprimoramento das competências. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Plano de Capacitação tem sido definido em documento próprio consoante processo de trabalho formalmente instituído.

### **14. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E CRITÉRIOS DE REVISÃO DO PDTI**

Fatores críticos são requisitos necessários para alcançar o sucesso na execução do PDTIC. A ausência de um ou de vários desses requisitos, ou mesmo sua presença de forma precária, gerará impacto na estratégia e, conseqüentemente, no negócio da organização.

Ainda que os fatores críticos de sucesso estejam diretamente relacionados com a realidade de cada órgão, evidencia-se neste PDTIC os fatores:

- Patrocínio da alta administração para execução das ações;
- Disponibilidade orçamentária para as contratações planejadas;
- Priorização das ações coerentes com os objetivos estratégicos organizacionais e legislação vigente;
- Estabelecimento formal dos processos de trabalho de TIC;



- Quadro de pessoal quali-quantitativo de TIC adequado às demandas da STI.

As revisões do presente PDTIC deverão ser realizadas pelo menos anualmente, de acordo com o processo de monitoramento e revisão estabelecido, observadas as boas práticas relacionadas e em alinhamento com as Resoluções nº 182 e nº 211 do Conselho Nacional de Justiça. Revisões pontuais poderão ocorrer a qualquer tempo se a equipe julgar necessário.

## **15. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação, estabelecido para o biênio 2019-2020, buscou operacionalizar as diretrizes estabelecidas no âmbito do Planejamento Estratégico de TIC e em estrita observância às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, bem como, as boas práticas que versam deste tema.

O PDTIC coloca em perspectiva uma agenda fundamental para o atendimento de metas e indicadores estabelecidos em nível institucional e nacional, direcionando investimentos e ações de melhoria da maturidade de Governança e Gestão de TIC.

Dessa forma, o desafio doravante apresentado recai sobre a efetivação das ações e metas, por meio de acompanhamento vigoroso do documento planejado, mediante comprometimento de todos os envolvidos na sua execução.

Espera-se que o processo iniciado a partir da construção deste PDTIC resulte em benefícios diversos para o PJMS, refletindo não apenas em aquisições de soluções de TI mais adequadas às necessidades do negócio, mas, também, na qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação a seus usuários.



## 16. ANEXOS

### RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

#### Avaliação das Metas e Ações

Trata o presente da apresentação dos resultados referentes à execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (2017-2018).

Por questões de facilitação metodológica, todas as ações receberam o mesmo peso para seu monitoramento. Dessa forma, considerando as aferições compiladas no âmbito da STI, têm-se os resultados:

Identificador	Ação	Executado (Sim/Não)
A1-GOV	Elaborar e executar o Plano de Tratamento iGovTIC-JUD	Não
A1-ASSPROJ	Realizar Pesquisa de Satisfação com usuários da STI	Sim
A2-ASSPROJ	Aferir Cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços (ANS)	Sim
A1-DSJ	Manter e Modernizar o Sistema de Automação Judicial - SAJ	Sim
A2-DSJ	Atender à Resolução Nº 234, de 13 de julho de 2016, do CNJ	Não
A3-DSJ	Atender à Resolução Conjunta CNJ/CNMP Nº 03, de 16 de abril de 2013.	Não
A1-DSA	Definir e implantar metodologia de desenvolvimento e sustentação de software	Sim
A2-DSA	Definir Política de Manutenção de Documentos Eletrônicos adequada às diretrizes estabelecidas pelo CNJ	Não
A3-DSA	Atualizar padrões de desenvolvimento dos sistemas do DSA	Não
A4-DSA	Implementação do necessário para atender ao e-Social	Não
A2-DIT	Processo de Gestão de Ativos de TI	Não
A3-DIT	Adquirir novos aceleradores para o PJMS	Não
A4-DIT	Software para integração da solução da solução Polycom de videoconferência com a Web	Não
A5-DIT	Adquirir solução de sem fio para atender todas as Comarcas do PJMS	Não
A9-DIT	Adquirir equipamentos para atender novas demandas de todas as áreas	Não
A10-DIT	Substituição dos circuitos da Capital (Operadoras) por fibras próprias do PJMS	Não
A11-DIT	Expansão da solução de backup e renovação do suporte técnico	Sim
A12-DIT	Substituição ou Expansão da Solução de Proteção EndPoint I	Sim
A13-DIT	Aquisição de Certificado das Protocoladoras	Sim
A14-DIT	Aquisição de Tokens para Certificados Digitais.	Sim
A15-DIT	Implementar processos e ferramentas para gestão de logs	Não
A16-DIT	Procedimentar a Gestão de Incidentes e Vulnerabilidades	Não
A17-DIT	Melhoria nos processos de backups e formalização por política	Sim



A18-DIT	Segregar a rede interna da rede de serviços críticos	Não
A20-DIT	Aquisição de Componentes para manutenção	Sim
A21-DIT	Aquisição de desktops e estações Apple	Sim
A22-DIT	Aquisição de monitores, projetores, monitor touchscreen e lousas digital	Sim
A24-DIT	Aquisição de scanners e impressoras	Não
A25-DIT	Aquisição de short-breaks para expansão e reposição	Não
A26-DIT	Aquisição de softwares	Sim
A27 - DIT	Aquisição de workstations	Sim

Tabela 12 – Ações PDTI anterior

## Conclusão

O relatório de avaliação final do PDTI mostra que de um total de 31 ações, 14 foram realizadas (45% do total) e outras 17 foram descontinuadas ou constarão no próximo ciclo de planejamento, requerendo, portanto, atenção dos gestores em relação a essas demandas.

No que se refere ao indicador estabelecido no Plano Estratégico de TIC:  
PETIC (2016-2020) – Objetivo Estratégico “**Aperfeiçoar a Governança de TI**”

Indicador 2.2: **Índice de execução do PDTI**

Meta 2018: **80% de realização das ações**

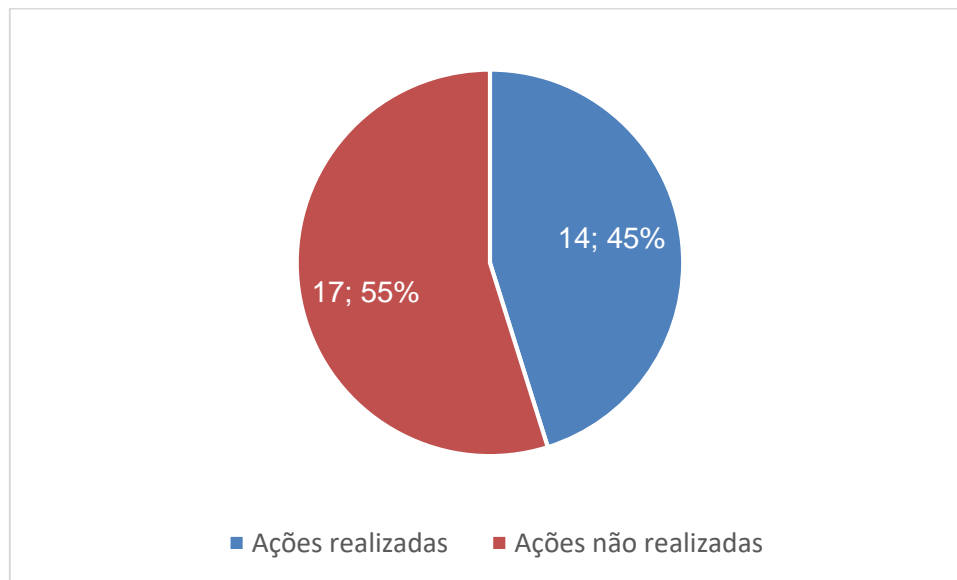


Figura 7 – Resultado PDTI anterior

Considera-se, portanto, que a meta estabelecida para o indicador acima não foi atendida. Dentre os motivos levantados, podemos ressaltar a falta de recursos orçamentários para atendimento de algumas ações, mudanças na direção da Secretaria de Tecnologia da Informação e despriorizações de ações.